

RABELLO, Ophelina & GADOTTI, Moacir. *Redefinição do curso de pedagogia*. Brasília, INEP, 1980. 106 p. anexos. (Série estudos e pesquisas, 4)

O conhecimento da realidade dos Cursos de Pedagogia e a sua interação com o contexto brasileiro constitui o objeto de estudo do presente trabalho. Para desenvolvê-lo foram definidos os seguintes objetivos: "a) através do levantamento da problemática do Curso de Pedagogia, analisar os pontos essenciais de estrangulamento desse curso; b) verificar se seria oportuno tentar reestruturar, ou criar um novo curso, em função de nova filosofia, novos objetivos; c) constatar se há possibilidades de mudança na composição da clientela em termos de volume, de diversificação de interesses, de níveis, de expectativas, de propostas; d) verificar as possibilidades de abertura de novas perspectivas de especialização, de mercado de trabalho, de pesquisa, de interdisciplinaridade; e) indicar algumas idéias diretrizes para a redefinição do curso; f) elaborar uma proposta alternativa de currículo".

Vários questionamentos sobre a situação do Curso de Pedagogia e do profissional que ele forma motivaram a realização dessa pesquisa. É o caso, por exemplo, das alterações introduzidas pelo Parecer nº 252/69, quando propõe a formação de profissionais técnico-administrativos da educação, através das conhecidas habilitações: supervisão, inspeção, administração, orientação e magistério. "A formação do pedagogo, incipiente, deixou de ser a tomada de consciência dos problemas educacionais para ser treinamento e domesticação. O pedagogo tornou-se mais um policial da educação do que um professor para criar a educação".

Além disso, a indefinição de como deve ser esse profissional da educação e a inadequação entre os pedagogos formados e a função que devem desempenhar, entre outros, são problemas que devem ser investigados, e cujas respostas poderão servir de subsídios para definir o papel que o curso de Pedagogia deve desempenhar no sentido de preparar o educa-

dor para enfrentar situações que não cessam de modificar-se, mobilizando-o para novas tarefas.

Por outro lado, a exigência de uma Pedagogia de vanguarda, ampla, aberta, pluridisciplinar, urge de uma sociedade que se caracteriza pela mudança e pela inovação técnica e científica.

O levantamento e revisão da bibliografia e da legislação relativa ao curso de Pedagogia, a partir de 1961, serviu de fundamentação teórica para o trabalho.

A amostra foi definida considerando-se como população o conjunto dos 286 cursos de Pedagogia do país, públicos e particulares, conforme relação do MEC, em 1978. Desse total foram escolhidos 18 Cursos de Pedagogia que representassem as regiões, diurnos, oficiais e de 4 anos de duração, e que apresentassem alguma inovação. Nessa relação constaram: seis cursos ministrados por universidades federais, três cursos ministrados por universidades estaduais e nove cursos da rede particular, que também fossem diurnos e de 4 anos de duração. Dentre os da rede particular, seis cursos eram ministrados por universidades e três cursos por faculdades isoladas.

Os dados foram coletados através de entrevistas com diretores, professores e alunos; mini-seminários, de 4 horas de duração, em cada escola, ou reunião de duas escolas; e aplicação de questionários enviados aos 286 diretores das unidades responsáveis pelos cursos de Pedagogia.

"O roteiro das entrevistas informais e dos mini-seminários incluiu os seguintes indicadores: a abordagem dos problemas das habilitações, programas, mercado de trabalho, política de ampliação das alternativas de habilitações ou extinção do curso, capacitação do corpo docente".

"Os questionários foram construídos com os seguintes indicadores: caracterização da escola; clientela, número de inscritos no vestibular e

de alunos aprovados, de alunos diplomados no ano, idade média dos alunos; capacitação do quadro docente, habilitações oferecidas; currículo do curso por habilitação, plano de desenvolvimento da escola e programas”.

Para ampliar o debate e situar o Curso de Pedagogia na problemática da educação brasileira contemporânea, foi organizado na UNICAMP o I Seminário da Educação Brasileira.

O trabalho parte de uma análise do problema incluindo agências formadoras, caracterização da clientela, mercado de trabalho, currículo, conteúdo programático; em seguida indica algumas diretrizes para uma redefinição do curso de Pedagogia e, finalmente, apresenta uma proposta de redefinição do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UNICAMP.

Inicialmente, no que se refere às agências formadoras, a investigação procurou detectar, de um lado, as formas de interação das Faculdades ou Departamentos de Educação com a sua realidade imediata e, de outro lado, a sua posição e papel dentro das universidades.

No primeiro caso, os dados coletados evidenciaram a existência de tentativas de interação, que ocorrem mais ao sabor das circunstâncias do que resultado de um planejamento. De modo geral, as agências formadoras encontraram-se ora defasadas e isoladas da realidade, ora cristalizadas enquanto instituições.

“Este isolacionismo e conformismo reganham sua dimensão nas ‘experiências’ de interação escola-sociedade, surgindo ‘inovações’ que introduzem propostas que não traduzem projetos de novas concepções de educação, de transformação, sendo caracterizadas talvez mais como propostas cunhadas por um ‘reformismo’.”

No segundo caso, configura-se a “falta de credibilidade” da agência formadora no contexto das Universidades, “o que reflete talvez no âmbito interno a situação do sistema educacional dentro da política global do país. Sendo ela um órgão de pouca credibilidade, luta com dificuldades quanto aos recursos financeiros e humanos; seus cursos não são os mais competitivos e são de baixo custo operacional”.

Outro aspecto observado diz respeito às pesquisas realizadas pelas agências formadoras e os cursos de reciclagem promovidos para os egressos. Não existem informações sobre a utilização das pesquisas como instrumento de estudo, conhecimento e intervenção na realidade. Quanto aos agressos, a pesquisa revelou que 40% das escolas da amostra recebem os egressos para cursos esporadicamente, 30% recebem frequentemente, 20% nunca recebem e 10% deixaram de responder à questão.

Ainda em relação à Agência Formadora foi observado o seu quadro de recursos humanos — professores, pesquisadores e técnicos — e analisou-se sua qualificação acadêmica, a média de professores por aluno, o nível de sua pós-graduação, etc.

A clientela é heterogênea em relação à idade e nível de formação escolar anterior e homogênea no que se refere ao sexo (predomina uma clientela do sexo feminino). Em decorrência da elasticidade da legislação, ingressam nos cursos de Pedagogia, tanto recém-egressos dos cursos de 2º grau, como pessoas mais adultas portadoras de diplomas de outros cursos de graduação ou até do próprio curso de pedagogia, interessadas em obter outras habilitações.

Além disso, a procura do curso de Pedagogia nem sempre decorre de uma opção profissional consciente e sim da facilidade de ingresso devida à baixa concorrência existente; a consequência mais direta dessas e de outras constatações é de que esses cursos “estão formando um contingente de profissionais de baixa qualidade, para um Mercado de Trabalho já saturado, ou próximo da saturação”.

A valorização da profissão torna-se, assim, imprescindível para que o curso de Pedagogia possa melhorar o seu nível. Essa valorização ocorreria principalmente através da elevação dos salários, mas é necessário também uma maior planificação e organização do mercado de trabalho.

“O mercado de trabalho para o pedagogo ainda não se caracteriza como um campo definido, apresentando várias incoerências e inconsistências:

- a) os profissionais estão sendo subutilizados pelo mercado, apresentam um rendimento inferior ao seu potencial;
- b) o próprio pedagogo desconhece o seu papel ou papéis no mercado;

- c) sente e teme a desvalorização de sua profissão (pedagogo), não sabendo como superar a situação;
- d) existem distorções na relação entre oferta e procura de profissionais causadas pela legislação relativa às exigências, normas de admissão, mecanismos de contratação, formas de seleção;
- e) as atribuições do pedagogo não são especificadas nem diferenciadas e não exigem conhecimentos técnicos mais profundos e, prova disso, é que outros profissionais vêm ocupando seus lugares e se não estão ainda mais alijados é porque a legislação os ampara."

Quanto aos currículos, observou-se que a centralização, característica marcante da educação brasileira, também fixa o estilo de elaboração do currículo e de programas, apesar da diversidade cultural e de consenso quanto à formação qualitativa e quantitativa do magistério.

Observou-se também a inflexibilidade dos currículos e a centralização do ensino no aluno, revelando-se, dessa maneira, o desconhecimento das linhas gerais de atuação do movimento progressista da educação, voltado para a comunidade ou para as necessidades sociais. Esta postura de ensino tem conduzido as escolas a atuarem "como instituições sociais fechadas em si mesmas e como órgãos de capacitação profissional e não como organismos de transmissão social ou agentes de mudança".

A análise dos currículos foi feita baseada nas informações fornecidas por 48 escolas, e permitiu evidenciar uma série de aspectos como: a tendência a acentuar o oferecimento de habilitações técnico-administrativas — Administração Escolar, Orientação Educacional etc., em detrimento de habilitações técnico-científicas; a incidência das habilitações segundo as normas previstas pelo CFE; a inexistência de habilitações voltadas para o ensino de 1º grau e para abertura de novas áreas.

A partir da análise do conteúdo programático, da metodologia e das bibliografias utilizadas foi possível constatar, por exemplo, a ausência de teoria no curso de Pedagogia.

"Parece, à primeira vista, pelos programas, que o Curso de Pedagogia tem muita fundamentação e pouca prática. Na verdade, não se trata de fundamentação teórica, mas de erudição idealista, metafísica da educação e não propriamente de teoria, que é sempre a visão de alguma prática."

"Quando se insiste no maior aprofundamento teórico, é mais para acentuar a necessidade de um discurso pedagógico que fale da e à realidade brasileira. Além disso, as atividades práticas entram com um percentual bem menor, sem espaço no currículo, para a reflexão e a discussão dessa prática. Isto equivale dizer que o Curso de Pedagogia tem uma teoria sem prática e uma prática sem teoria. Reflete um dos graves erros históricos-culturais da educação brasileira: a dicotomia teoria e prática."

Nessa primeira parte, ao analisar a problemática do curso de pedagogia, o autor evidenciou as suas contradições internas e externas, seus conflitos, mostrando que no isolacionismo em que o mesmo se encontra acaba por formar um profissional que não atende às necessidades educacionais brasileiras.

Em seguida, são apresentadas algumas idéias diretrizes para uma redefinição do curso de pedagogia.

Uma delas trata da redefinição da política educacional brasileira. Sem um projeto educacional mais amplo toda medida tomada acaba tornando-se uma solução provisória e não efetiva. A participação dos educadores, consolidados numa associação de classe, é indispensável na elaboração desse projeto educacional, bem como na definição da política educacional, cuja fundamentação poderia ser buscada em algumas diretrizes emergidas de pesquisas e análises aprofundadas.

Quanto às medidas imediatas, sugere-se que as agências formadoras procurem conhecer melhor o mercado de trabalho para "adequar a formação dos profissionais à realidade brasileira e reorientar a sua clientela".

Todavia, as agências formadoras não devem formar o especialista em educação apenas em função do mercado de trabalho, mas devem ter a preocupação de oferecer uma formação básica que permita ao pedagogo ir ingressando em áreas ainda não exploradas do mercado. Outro aspecto ressaltado refere-se à necessidade de diversificação regional dos currículos para que haja maior interação com o meio. A unificação das habilitações, através do Parecer nº 252/69 que as caracterizou "como profissão para todo o território nacional, pode ter bloqueado a criatividade e as funções diferenciadas dos educadores, ordenando uma resposta desordenada à tentativa de atendimento de necessidades regionais".

*Recomenda-se, ainda, inverter a situação atual das habilitações que enfatizam a formação de técnicos e especialistas, mas não formam pedagogos para uma "tendência relevante na formação do pedagogo sobre o técnico".*

*"Esta inversão deve conduzir à formação de um intelectual no pedagogo que elabora a sua própria identidade; um teórico e um prático do educacional que saiba perceber os nexos da educação com a sociedade e nela intervir."*

*Além disso, o curso de pedagogia precisa responder à complexidade do fenômeno da educação com outro tipo de habilitações além das técnico-administrativas, as técnico-científicas que devem abranger áreas como: a pré-escola, a alfabetização de adultos e crianças, a preparação de especialistas para séries iniciais do primeiro grau, educação de excepcionais, a preparação de pedagogos para a ação cultural e para atuação na empresa, especialista em recursos audiovisuais, em tele-educação e em tecnologia educacional.*

*Uma outra proposta foi a de repensar a política do Mestrado em educação. Sugere-se aí a criação do Curso de Ciências da Educação, que supria a demanda de um profissional novo da educação: o cientista da educação.*

*Enfim, a complexidade do curso de Pedagogia, evidenciada por todas as considerações feitas anteriormente, exige reformulações curriculares que devem ser calcadas em estudos e pesquisas, "não apenas quanto ao tipo de profissional a ser formado, mas também quanto ao mercado de trabalho e suas tendências".*

*Quanto ao conteúdo programático, que tem sido elaborado individualmente, recomenda-se a elaboração de programas por áreas. A discussão prévia do conteúdo programático e, simultaneamente, a definição de uma filosofia ou uma política comum do curso poderia evitar a superposição de conteúdos, delimitar melhor os objetivos de cada curso e atender a uma identidade ditada por um projeto ou uma política comum de formação pedagógica. "O cerne desta questão é, portanto, a interdisciplinaridade que deve acompanhar cada passo da elaboração e execução dos programas, numa atividade conjunta".*

*Finalmente, o autor descreve a proposta de refinização do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UNICAMP (em termos de currículo), como foi apresentada pela Câmara Curricular daquela Universidade.*